

#VIOLÊNCIÃO

Pelos Direitos Políticos
das Mulheres

MARÇO/ABRIL.2021

APRESENTAÇÃO

Newsletter 03

Imagine um mundo em que todas as pessoas têm direitos e oportunidades iguais. Um mundo no qual homens e mulheres, em sua diversidade, têm salários igualitários, o trabalho doméstico e de cuidado é dividido e meninas e mulheres não têm medo de andar à noite em espaços públicos. Imagine um mundo em que as mulheres participam de decisões que afetam suas vidas, a política, o meio ambiente, as cidades. Este é o mundo que a campanha global **Geração Igualdade: Realizando os Direitos das Mulheres por um Futuro Igualitário**, da ONU Mulheres, nos convida a construir. Lançada em 2020 em celebração ao 25º aniversário da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim, a campanha faz um chamado para que governos, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e setor privado se comprometam com ações concretas até mulheres, em sua diversidade, têm dos movimentos e da liderança de mulheres é um dos eixos centrais da **Geração Igualdade**.

No Brasil, este chamado é reforçado pela Campanha **#ViolênciaNão - Pelos Direitos Políticos das Mulheres** da ONU Mulheres Brasil em parceria com a União Europeia. Lançada em outubro de 2020, a campanha busca dar visibilidade aos direitos humanos das mulheres e aos ataques e coerções que elas enfrentam em suas trajetórias na vida política. Trata-se de uma mobilização nacional de prevenção à violência política contra as mulheres, que tem desenvolvido conteúdos para plataformas digitais e eventos virtuais. Em novembro de 2020 foi publicada a primeira


Newsletter com dados relacionados ao perfil das candidaturas e alguns resultados parciais do primeiro turno das eleições municipais de 2020, apontando as principais tendências relacionadas às candidaturas de mulheres; além disso, a primeira edição abordou o tema da violência política contra as mulheres e divulgou eventos e iniciativas de parcerias relevantes acerca do tema. Dando continuidade à Campanha, a ONU Mulheres Brasil e a Gênero e Número¹ publicam esta segunda Newsletter.

O documento apresenta um balanço das eleições municipais de 2020, focando nos resultados da participação das mulheres, em especial dos grupos com maior sub-representação política: mulheres negras, quilombolas, indígenas e trans. O material também traz uma análise comparativa entre as candidaturas de militares e pessoas com títulos religiosos e os resultados das eleições para esses dois grupos.

Esta Newsletter é lançada em seguimento à realização da 65^a sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, que ocorreu entre 15 e 26 de março de 2021 e teve como tema “Mulheres na vida pública: Participação Iguatária em espaços de decisões”. Na ocasião, estados-membro das Nações Unidas reconheceram a persistência de inúmeros obstáculos à participação política das mulheres e reiteraram a necessidade de medidas para sua eliminação².

Ancoradas nos principais compromissos e diretrizes internacionais sobre a participação política e o enfrentamento à violência política contra as mulheres, a ONU Mulheres Brasil e a Gênero e Número buscam qualificar o debate com dados e informações, contribuindo para democratizar o exercício.

BOA LEITURA!



1 A Gênero e Número é uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. Para mais informações, acesse: <http://www.generonumero.media/institucional/>

2 Mais informações em: <https://www.unwomen.org/en/csw/csw65-2021>

RESULTADOS ELEITORAIS: AVANÇOS PONTUAIS TÍMIDOS, DESIGUALDADES ESTRUTURAIS PERSISTENTES

DISPARIDADE DE GÊNERO E RAÇA NAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS³

As eleições de 2020 mostraram, mais uma vez, que a paridade de gênero e raça na política brasileira ainda é um desafio: a taxa de crescimento em relação ao percentual de candidaturas de mulheres em 2016 foi de 4% para as candidatas a prefeitas e de 5% para as candidatas a vereadoras. No total, considerando as vagas para chefiar prefeituras e para vereança, foram eleitas 9.780 mulheres (sendo 38,55% negras). A quantidade de homens eleitos foi cinco vezes maior: 52.706 (44,5% de negros).

Quando comparado às eleições de 2016, houve um tímido aumento no número de mulheres eleitas para as prefeituras e câmaras municipais em 2020. Nestas eleições, entre todas as candidaturas, 12,06% das mulheres foram eleitas às prefeituras, e 16,03% a uma cadeira no Legislativo municipal. Há quatro anos, a porcentagem de prefeitas foi de 11,52%, e de vereadoras, 13,5%. 691 (13%) municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher para os cargos eletivos no Executivo ou Legislativo.

³ Todos os dados da foram coletados entre 27 de setembro de 2020 e 15 de janeiro de 2021 nos sítios do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

PREFEITURAS

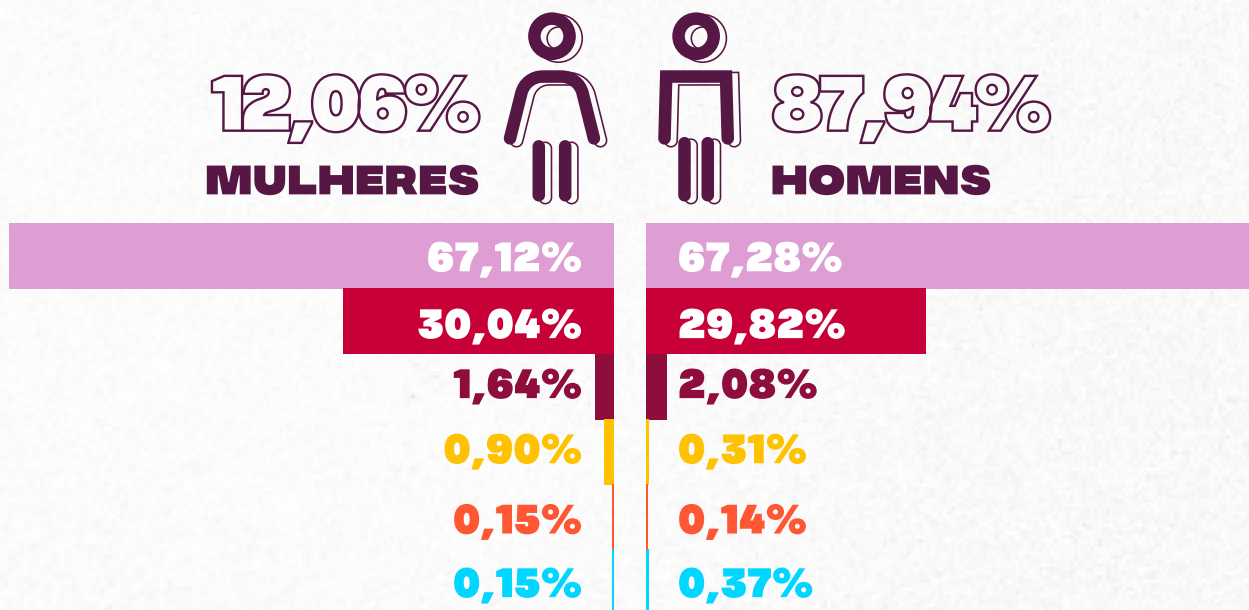
Das 2.622 mulheres que concorreram a prefeituras no país, apenas 669 (25,2%) foram eleitas, sendo somente uma para uma das 27 capitais: Cinthia Ribeiro, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reeleita em Palmas/Tocantins, ainda no primeiro turno. As mulheres brancas foram as que mais concorreram ao cargo (63,5%), contra 35,2% de mulheres negras. 71% dos municípios brasileiros não

elegeram mulheres para o Executivo (prefeitura e vice-prefeitura). E foram as brancas também as mais eleitas (67,12%). Entre todas as mulheres que ocuparão as prefeituras nos próximos quatro anos, 212 (31,69%) são negras (pardas e pretas). E apenas uma indígena: Eliselma Silva de Oliveira, do Democratas (DEM), na cidade de Marcação, na Paraíba.

Na luta por mais representatividade de mulheres nas prefeituras, a desigualdade racial também está em discussão. No país em que as mulheres negras compõem o maior grupo demográfico da população (28%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda são elas as menos representadas nas instâncias políticas. Nestas eleições, apenas 8% das negras que se candidataram ao executivo municipal foram eleitas (entre os homens negros, a taxa foi de 9,2%). Os mais votados para as prefeituras foram os homens brancos (19,2% dos candidatos), seguido pelas mulheres brancas, 16,9% das que entraram na disputa.

GRÁFICO 1
PREFEITAS E PREFEITOS
ELEITAS E ELEITOS

Fonte: TSE, 2020.



Legenda:



CÂMARAS MUNICIPAIS

Se consideradas apenas as vagas para o Poder Legislativo, o funil eleitoral é mais evidente, já que a proporção entre candidaturas e vagas é muito maior do que na disputa à prefeitura. Em 2020, a notícia animadora veio exatamente do perfil das candidaturas a uma cadeira nas câmaras municipais. Pela primeira vez em âmbito municipal desde que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a coletar dados sobre raça/cor de candidatas e candidatos em 2014, registrou-se mais candidaturas negras (50,9%) do que brancas (47%). Na divisão por gênero e raça, por fim, houve praticamente paridade: 49% das candidatas eram brancas e 48,9%, negras. Entre os homens, as candidaturas negras superaram o número de candidaturas brancas: 52% contra 46%, respectivamente.

Apesar do equilíbrio de raça nas candidaturas, as câmaras municipais e as prefeituras seguem sendo compostas majoritariamente por homens brancos, refletindo as desigualdades de gênero e raça na política brasileira. Para os próximos quatro anos, foram eleitos 47.840 vereadores, entre 338.110 candidatos, sendo a maior parte deles branca (52,73%).

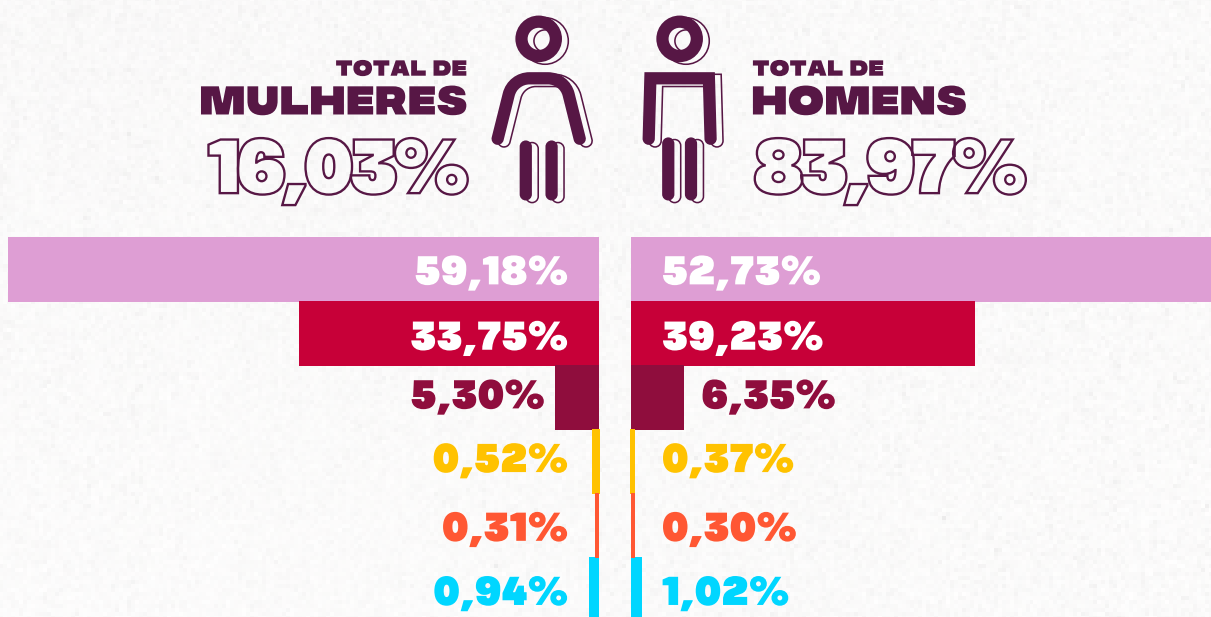
Na disputa por uma cadeira nas câmaras municipais, 180.219 mulheres lançaram candidatura, mas apenas 9.111 (5%) obtiveram sucesso. 16% dos municípios não elegeram sequer uma mulher para cargo no Legislativo. Assim como ocorreu com os homens, a maioria entre as mulheres eleitas vereadoras é branca (59,18%). As negras são 39,05% das eleitas e as indígenas, 0,31%. Em 2.952 municípios do país (53%), nenhuma mulher negra foi eleita para o Legislativo municipal.

Os dados evidenciam a persistência de obstáculos no acesso de mulheres a cargos de poder e tomada de decisão e que o país tem ainda um longo caminho a percorrer na consolidação da igualdade de gênero e raça.

GRÁFICO 2

VEREADORAS E VEREADORES ELEITAS E ELEITOS

Fonte: TSE, 2020.



Legenda:



CANDIDATURAS TRANS

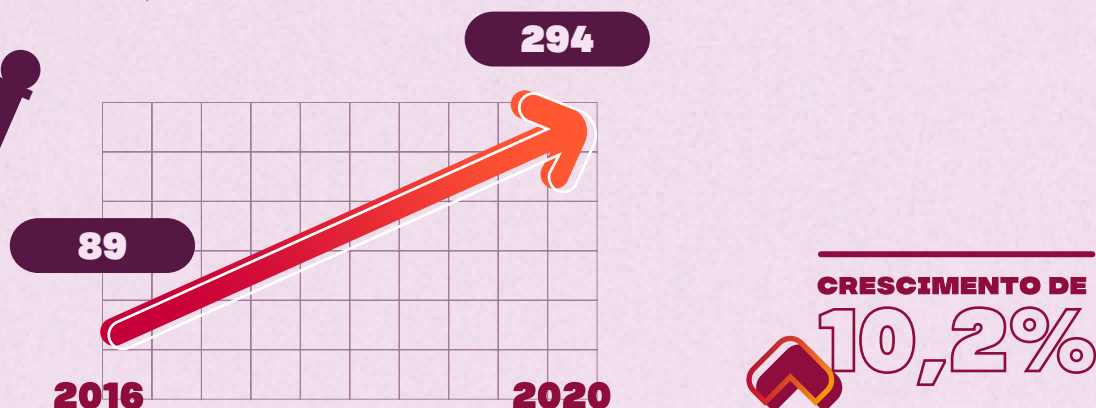
Nestas eleições, pela primeira vez, as candidaturas transgêneras puderam ter o nome social registrado na urna eletrônica. Segundo levantamento da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), foram 294 candidaturas, um número três vezes maior do que em 2016, quando a Associação identificou 89 pessoas trans concorrendo ao pleito – 8 das quais foram eleitas. Em 2020, 30 pessoas trans foram eleitas, o que corresponde a 10,2% do total de candidaturas trans.



GRÁFICO 3

CANDIDATURAS TRANS CRESCIMENTO

Fonte: TSE, 2020.



A eleição de pessoas trans foi marcada por feitos inéditos na política nacional: Erika Hilton, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), negra e trans, foi a mulher mais votada para a Câmara Municipal de São Paulo em 2020; Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), se tornou a primeira vereadora trans da história do Legislativo de Belo Horizonte, além de ter recebido o maior número de votos na história da Câmara Municipal da capital do Estado de Minas Gerais; Lins Roballo, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi a primeira trans, a primeira vereadora negra e a única mulher eleita em São Borja, no Rio Grande do Sul.

QUILOMBOLAS

Embora o TSE não disponibilize dados sobre as candidaturas de pessoas quilombolas, segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), cerca de 500 quilombolas disputaram cargos e 79 foram eleitas e eleitos (15,8%), sendo duas pessoas para cargos em Prefeituras - uma em Cavalcante (Goiás) e outra na Chapada da Natividade (Tocantins) - e 68 para cargos em Câmaras Municipais. Os números correspondem a 0,036% e 0,12% das prefeitas e prefeitos; vereadoras e vereadores eleitas e eleitos no país, respectivamente. As outras nove pessoas compõem chapas vencedoras como vice-prefeitas ou vice-prefeitos. Apenas a região Sul não elegeu nenhuma pessoa quilombola para o Legislativo ou Executivo municipal.

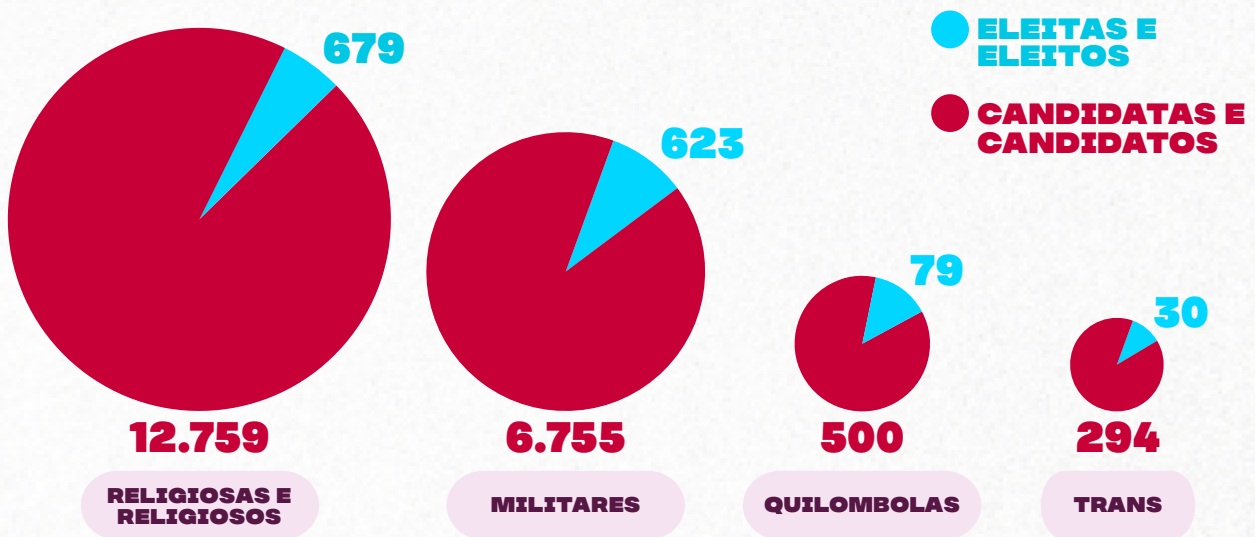
MILITARES, RELIGIOSAS E RELIGIOSOS⁴

Também houve aumento considerável no número de candidaturas com títulos militares nesta eleição. Em comparação a 2016, foram 300% mais candidaturas para as prefeituras do país. Em 2020, dentre 6.755 candidaturas com nomes militares nas urnas, 623 (9,2%) foram eleitas e eleitos. Já o crescimento de candidaturas às prefeituras com títulos religiosos no nome de urna foi de pouco mais de 10% quando comparado a 2016; para as câmaras municipais, o crescimento foi de mais de 40%. No total, 12.759 candidaturas religiosas foram lançadas aos cargos de prefeitura, vice-prefeitura e vereança, e apenas 679 (5,3%) foram eleitas.

GRÁFICO 4

CANDIDATAS E CANDIDATOS X ELEITAS E ELEITOS

Fonte: TSE, 2020.



⁴ Os dados referentes às candidaturas religiosas e militares foram coletados da seguinte maneira: na base de dados "consulta_cand_2020_BRASIL" com todas as candidaturas ofertadas no país, a variável "nome de urna" foi filtrada, e foram selecionados todos os nomes que possuíam palavras como "pastor/pastora", "deus", "irmão/irmã", "ir.", "pr.", "frei", "apóstolo/apóstola", "missionário/missionária", "abençoado/abençoada", dentre outros. A mesma base de dados, a variável "DS_OCUPAÇÃO", que traz informações sobre a ocupação de todas as candidaturas, foi filtrada e foram selecionadas todas as ocupações relacionadas a cargos militares (como por exemplo, "soldado", "cabos", "sargento", "tenente", "capitão", "major", "tenente-coronel", "coronel" e "general").



PARCERIA

